

RESENHA:

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre história e a memória.**
Bauru: Edusc, 2000. 256 p. (Coleção História).

André Souza Martinello

Mestrando na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Desenvolvimento Rural – PGDR
andresoumar@gmail.com

Há uma tendência brasileira em tratar negativamente os espaços não apresentados como urbanos. Gilmar Arruda investiga muito bem, por que o interior não urbanizado do País fora descrito (adjetivos que permanecem ainda em determinadas situações), como: incivilizado, atrasado e habitado por pessoas inferiores as escalas sociais estabelecidas. Por que em determinados momentos os discursos buscam “recuperar”, resgatar, arrumar ou modernizar os territórios considerados *Sertões*? Em quais contextos é comum escutarmos que a burocracia brasileira não possui simpatia pela proposta de “interiorizar-se”, preferindo o litoral, sejam eles juízes, políticos, funcionários de alto escalão ou professores do magistério, repetindo a concentração qual ‘caranguejos’ em torno da praia e com as costas para o interior, na conhecida expressão de Frei Vicente Salvador.

Contudo, é também esse “mesmo interior” que possibilita realizar férias agradáveis e diferentes tipos de lazeres, seja Amazônia, Pantanal, Rio São Francisco, Cataratas do Iguaçu, afinal, como apontou Arruda, a *natureza* está na moda. São essas e outras problemáticas semelhantes, que permeiam “Cidades e Sertões”.

Gilmar Arruda parece entender que nas relações centro-periferia mundial, o Brasil é visto como uma nação em processo de civilização (desde a época colonial), ou melhor, uma nação atrasada, um “país-sertão”, principalmente sob o olhar *eurocêntrico*. Acontece que no próprio Brasil, essa mesma visão repete-se. Internamente tem-se a idéia da modernidade presente em alguns eixos e espaços urbanos, enquanto o restante do País ainda precisa ser modernizado e racionalizado, na lógica urbana-industrial-desenvolvimentista. Nesse sentido, em relação às demais nações modernas o Brasil é sinônimo de rústico e na sociedade brasileira, mais rústico ainda são os espaços não urbanos.

A introdução apresenta aspectos importantes, presentes com maior profundidade ao longo do livro, no qual a discussão de paisagem, memória, atraso (Sertão), progresso (Urbano) perpassam toda a obra. No início do século XX, grande parte do território paulista, norte do Paraná e Estado do Mato Grosso eram apresentados, como possuidores de áreas pouco exploradas. A constatação de “terrenos poucos explorados”, representava o pólo oposto a constatação de regiões industrializadas e urbanizadas que vinham formando-se com maior impulso no Rio de Janeiro e parte de São Paulo, assim p.20) “a nova realidade que começa a se impor na organização espacial brasileira era o urbano”.

Portanto, o símbolo de civilização era justamente a organização urbana e os “incivilizados” todos os espaços não presentes nessa categoria, sendo no processo de urbanização que se intensificou ou surgiu esses termos de comparação. Nessa época cunhou-se e idéia de “Sertão”.

A obra desenrola-se nesse “conflito” cidades e sertões, sendo permeadas por análises lúcidas e inovadoras. Arruda afirma a necessidade da historiografia brasileira dedicar-se a concepções espaciais, como por exemplo, da História Regional, entendendo região não como uma representação “natural”, neutra e não construída, mas p.24) “uma forma espacial e um produto histórico”. Nessa lógica, Arruda não preocupa-se em mapear e apresentar as regiões sertanejas no Brasil, mas entender, quando algumas regiões foram entendidas por Sertões e em que medida as política públicas formularam expressões, investimentos, propostas e técnicas para “resgatar esse Sertão” em direção a modernidade. Em outras palavras, quais as práticas da *governamentalidade*, como afirma o autor, a respeito das práticas de administrar as populações dos Sertões.

A partir das idéias e memórias objetivas e subjetivas, Arruda apresenta no primeiro capítulo um “estado da arte” sobre a memória social, bem como articula as representações espaciais presentes nas memórias. Para a historiografia que tem como objeto principal o estudo das paisagens ao longo do tempo, a memória é um fator importante como possibilidade de investigação, pois p.42) “a memória de uma paisagem, sua descrição e interpretação, permitem que investiguemos as lembranças dos homens que não produziram ou deixaram documentos escritos sobre suas vivências”.

Em oposição à “memória popular” Arruda contrasta a existência da “memória oficial”, no qual quase sempre nega a existência do primeiro grupo, principalmente

porque ao longo do século XIX e parte do século XX a representação brasileira (espacial, social, histórica, econômica...) foi realizada pela elite. Assim, parte da investigação de Arruda é a circulação da história (popular X erudito) p.53) “entre memória e documentos, os elementos da cultura de uma sociedade”.

As representações do que seria “cidade” e “sertão” também envolvia concepções de natureza, como apontou Arruda no segundo capítulo: identificação de sertão com floresta e selva. As preocupações com os espaços internos e com os “recursos naturais” remontam ao período imperial, mas passam ter maior atenção e interesse na montagem do chamado estado nacional moderno. Desde então, “civilizar o sertão” significava impor aos seus moradores, novas concepções de tempo, propriedade e de trabalho. Assim, o ingresso do Brasil na modernidade significava adotar mecanismos para a tarefa de civilizar, o que na prática acaba também por “homogeneizar” e “moldar” o território aos novos ideários. A “integração” dos sertões se daria por meio das linhas telegráficas, mapeamentos, ferrovias, estradas, urbanização... Modernizar o urbano, tirar os resquícios das cidades “coloniais” e modificar a face visível do espaço (a paisagem), pareceu como uma “fórmula” de República sobrepor-se aos símbolos e movimentos de épocas anteriores.

As mudanças no urbano não se restringiam a arquitetura e urbanismo do Rio de Janeiro e São Paulo p.103) “mas através das construções de novos eixos ferroviários e de telégrafos, pretendia interligar os interiores com a capital do país. Essa ação do Estado sobre o território e a sociedade carregou, a mística do progresso de que ela seria o avanço da ‘civilização’”.

O objetivo parecia então, incorporar o Brasil ao âmbito das nações “civilizadas” do mundo. É nesse contexto de *espacialidade brasileira*, vista como dicotomia cidade-progresso/sertão-atraso que foram a campo engenheiros, médicos, sanitaristas, jornalistas, pois p.104) “acreditavam que levariam o país à ‘modernidade’”. Com apoio desses profissionais apresenta-se o discurso e o reconhecimento da “autoridade competente” na remodelação de espaços. Ou seja, a nomeação, classificação, mapeamento, descrição, detalhamentos, planejamento, “descoberta” e eleição das possibilidades das “funções” dos espaços eram realizados por atores imbuídos de poder e que possuíam certa autoridade em algum conhecimento ou campo de saber. Segundo Arruda, nessa “organização espacial” ocorre uma luta em torno da classificação e das

representações: p.150) “claro que esta luta tem o caráter de uma guerra, de conquista, de imposição de uma cultura sobre a outra; da sociedade que os engenheiros representavam sobre aquela dos indivíduos”.

Desse imaginário “de levar a civilização”, em linhas gerais, somente a população letrada partilhou e incorporou o imaginário “bandeirante”. Arruda aponta que a representação de determinados espaços, motivou ações políticas e as formas de conceber a territorialidade brasileira, implicaram em uma leitura dos seus habitantes.

Entre outras inovações historiográficas, a obra de Gilmar Arruda aponta como a memória contribuiu para o entendimento das construções e modificações dos espaços, aponta o historiador, p.163) “As memórias construídas sobre os espaços geográficos possuem grande influência na constituição dos sentimentos de identidade nacionais ou regionais, no pensamento político e no próprio processo de transformação dos mesmo espaços”.

A partir das memórias e elementos da organização das representações brasileiras, verificou-se a imagem do Sertão. Esse é antes de tudo, do ponto de vista historiográfico, um *lugar de memória*. Já para aqueles que buscam modernizar o Brasil, Sertão significa(va): um espaço territorial da nação que fazia questionar: p.166) “o que fazer com seus habitantes, os antigos povos indígenas, e os mais recentes, os chamados sertanejos”. Mesmo o outro termo ser reconhecido como sinônimo de civilização: Cidade, o Sertão parecia como grande maioria da extensão do território nacional. A imagem construída desse sertão como sinônimo de p.175) “deserto, despovoado, coberto por matas sombrias de onde surgiam rumores misteriosos, porém belo, rico em potencial, esperando somente a operosidade do homem civilizado por despertá-lo do sono em que dormia”.

Em direção as considerações finais, e em um dos pontos fortes do livro, Arruda afirma que estava ocorrendo à criação de uma paisagem pela negação da outra, da imposição de uma forte vida urbana, moderna e capitalista, com suas concepções de tempo, espaço, propriedade, sobre outras formas não urbanas. Para controlar, “domar”, atuar e organizar o espaço sertanejo, fora necessário investimentos na profissão que atualmente poderíamos denominar “engenheiro cartográfico”, ou seja, uma tecnologia baseada em conhecimento científico, por isso, engenheiros naquela época dirigiam-se a modernização do Sertão como Euclides da Cunha e André Rebouças, figuras

emblemáticas daquele contexto. Esses representantes da técnica e transformadores da natureza estavam imbuídos na busca de p.205) “penetrar” no “sertão” e “civilizá-lo” através do contato rápido e seguro com outros espaços físicos”. Sendo as ferrovias o maior símbolo da união do espaço-nação.

O estudo de caso mais detalhado por Arruda é apresentado na formação de Campo Grande, ou melhor, na “transformação do sertão em cidade”. As memórias e relatos são de alguns familiares do autor, o que não impede uma interessante análise. Outro importante destaque de Arruda é entender que o Sertão tinha certa localização geográfica e uma direção, por isso, p.226) “quanto mais ao oeste, mais sertão seria, mais fundo era”.

O livro de duzentos e cinquenta e seis páginas aborda o imaginário sobre o que se entendeu por sertão e cidade, bem como as relações entre ambos na sociedade brasileira. Nessa análise comparativa, Arruda utilizou a paisagem, as memórias e outros “documentos” como fontes e descortinou a idéia que seguiu após a representação do “Brasil como sinônimo de natureza”, portanto, um país formado de Cidades e Sertões.

Artigo recebido em março/2009 e aceito para publicação em julho/2009.